

VANIA BALDI

vbaldi@ua.pt

UNIVERSIDADE DE AVEIRO – DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
E ARTE – DIGITAL MEDIA AND INTERACTION CENTRE

ENTRE DISSONÂNCIAS POLÍTICAS E CONSUMOS CULTURAIS: OS CENÁRIOS DA JUVENTUDE EUROPEIA EMERGENTE

RESUMO

A cultura digital, os processos de aceleração histórica e de aproximação espacial, a emergência da dimensão transfronteiriça das identidades culturais representam, entre outros fatores, um cenário sociologicamente caracterizador das últimas décadas. Apesar de existirem concretas e múltiplas condições de marginalização e exclusão históricas e geográficas, os heterogêneos processos de globalização acarretaram transformações geopolíticas e geoculturais a partir das quais experimentar e repensar a peculiaridade do nosso lugar no mundo. A Europa encontra-se (e participa) dentro desse processo disruptivo, e a pluralidade histórica, política e cultural que a constitui continua a desafiar a busca dum eixo comum que não seja imposto de cima para baixo, mas mobilizador dum reconhecimento mútuo. Interessa investigar sobre a existência e a formação duma consciência continental, e entender se as novas gerações, através dos seus consumos culturais e práticas mediáticas, refletem um espírito europeu ou, eventualmente, uma inconsciência europeia.

PALAVRAS-CHAVE

Consciência europeia; identidade cultural; consumo juvenil; *mediascape*

IDENTIDADE EUROPEIA EM ESTADO DE CONFUSÃO

O Presidente francês Hollande definiu assim Marine Le Pen comentando a propaganda por ela levada a cabo: “fala como um panfleto comunista dos anos 70”. Ao mesmo tempo que enfatiza os valores da democracia e do laicismo francês, redobra o apoio político e moral à monarquia da Arábia Saudita. Marine Le Pen, por sua vez, comentando os sucessos eleitorais (antes do Syriza e depois do Podemos) elogia a emergência duma nova política popular dentro da Europa.

Frente aos fenómenos migratórios provenientes das costas africanas e às necessidades de gerir comunitariamente os desembarques pelo Mar Mediterrâneo, alguns países fundadores da União Europeia suspendem o Tratado de Schengen para não ficarem com a responsabilidade de gerir um problema europeu: o alastrar do desespero dos migrantes presentes nos países confinantes. Entretanto, estabelecendo uma hierarquia de seres humanos com *direito a direitos* (humanos) inalienáveis, declara-se solidariedade e respeito pela dignidade humana com os refugiados provenientes da Síria e do Iraque.

Defende-se a soberania nacional, como também a redução drástica da presença do Estado na vida económica de cada país. Os revolucionários de ontem são os sociais-democratas de hoje, e os sociais-democratas de ontem os neoliberais de hoje.

Como costumava referir o escritor Jean Paulham, “o problema é que as palavras mudaram de significado e os significados de palavra” (Balibar, 2014, p. 16).

Considerando as bizarras e as contradições constantes que permeiam a crónica política europeia e as posições institucionais que a representam, não é difícil imaginar a suspeição que gera nos seus cidadãos-espectadores.

Uma t-shirt de há alguns anos tinha inscrita a irónica frase: “tenho a consciência limpa: nunca a usei”. Esta piada pode explicar de forma emblemática o grave paradoxo que continua a bloquear a construção de uma identidade e de uma consciência europeia. Se pensarmos na discrepância entre o desígnio político originário para uma Europa Federal dos povos e a sua desconfortante realização, assim como na cisão radical existente entre a organização e o funcionamento das suas instituições representativas e os anseios dos seus cidadãos, podemos alegar como uma sua possível explicação esta consciência imaculada. Os europeus ainda têm dificuldades em pensar uma consciência europeia porque a Europa não demonstrou pensar o suficiente sobre os europeus, porque ainda não desenvolveu uma consciência sobre si própria. Com as palavras de Jürgen Habermas (2013b), dir-se-á que se trata de uma Europa sem europeus, uma Europa que não pensou, nem evoluiu, em direção a eles.

Para promover uma consciencialização acerca do ser europeu seria necessário, em primeiro lugar, reconhecer a importância de um projeto continental capaz de cultivar e fundamentar, de forma abrangente, a especificidade cultural da sua visão. Investigar sobre a emergência de uma consciência europeia junto das novas gerações obriga a examinar tal cenário, cruzando uma rede de problemáticas remetidas pelas relações

(transversais como desiguais) entre países, instituições e cidadãos de diferentes gerações.

É difícil falar de consciência europeia uma vez que nas suas instituições mais representativas não se manifesta, nem parece promover-se, uma consciencialização acerca do *ser europeu*. Para atingir um tal resultado seria necessário proporcionar uma conceção europeia ética e política, entendida, por exemplo, como resposta original e geral aos dilemas e aos perigos engendrados pela globalização. Recentemente esta posição foi tomada pelo sociólogo alemão Ulrich Beck, o qual, no seu livro *A Europa Alemã* (2013), realçou a ideia de como a Europa deveria desenvolver e representar uma nova “moral mundial”, um “cosmopolitismo europeu”, contra os riscos ecológicos, da pobreza e da injustiça trazidos pela desregulamentada competição global dos mercados financeiros. Para Beck, a força desta vocação ética e política distintiva, focada numa prospetiva e numa estratégia de longo prazo, requeria, ao mesmo tempo, um paralelo redescobrimto das grandes obras culturais e artísticas presentes na história e no território europeu. Este processo multifacetado representaria, portanto, o possível desígnio para um percurso convergente à formação da própria autoconsciência continental.

Neste sentido, um trabalho institucionalmente importante deveria ter sido (e continuar a ser) o de construir de forma alargada e participada os pilares do futuro europeu. Este futuro foi idealizado e cultivado, por exemplo, através de uma aposta em políticas promissoras orientadas para os jovens e para as suas mobilidades no continente. Mas apesar destas políticas comunitárias, em várias investigações (algumas das quais são aqui retomadas e resumidas) sobre o sentimento de pertença cultural dos jovens à Europa, deteta-se, paradoxalmente, um afastamento deste espírito comunitário (Baldi & Oliveira, 2014).

A CONSCIÊNCIA EUROPEIA COMO JOGO DE ESPELHOS

Embora esteja presente uma ideia positiva sobre a Europa como espaço cultural e artisticamente rico, caracterizado por várias tradições, facilmente transitável e com algumas oportunidades de estudo e trabalho transfronteiriço, persiste nos jovens inquiridos (mas não apenas neles) um forte ceticismo relativamente à União Europeia, na sua maneira de agir e de chegar ao quotidiano da vida das pessoas. Mesmo existindo mudanças e novidades trazidas pelo processo de integração europeia, e considerado que algumas delas tenham viabilizado experiências enriquecedoras,

acontece, ainda assim, que tais eventos não sejam percecionados como o resultado de uma cosmovisão e de um investimento coletivo num destino comum, assim como não cheguem a desafiar uma confiança em novas e mais ricas dimensões da cidadania.

Os jovens europeus, de facto, partilham na vida prática quotidiana uma opacidade *comum* sobre esta realidade *comum*, que é apresentada, apesar de tudo, como o cerne do seu horizonte histórico. Não deveria ser preciso incomodar os pais da sociologia para lembrar que uma sociedade é o resultado de um duplo e reiterado laço lógico-afetivo: ela de facto afirma-se como existente uma vez que os seus componentes se afirmam deixando-se absorver e projetando-se nela; ela é percebida como real uma vez que os indivíduos lhe reconhecem, sem hesitação, uma *consciência* própria que por sua vez lhes permite chegar (através um processo de fascinação e de captura) à *consciência* de si. Acontece assim que, mesmo atuando dentro dum contexto já europeu, a nova geração inquirida manifesta dificuldade em sentir-se e pensar-se como europeia, como se este contexto fosse invisível.

É suficiente pensar na falta no sistema escolar europeu, numa forma mesmo orgânica, de disciplinas voltadas para as temáticas europeias e para a sua perspectiva histórica e cívica. A falta de uma linha orientadora comum num setor tão delicado e estratégico é um sintoma dramático.

Se é verdade, como foi explicado pelos pragmatistas, que a validade de uma teoria, ou neste caso de uma política, se avalia a partir das suas consequências, então temos que refletir sobre estas inconsequências nos resultados.

É de facto difícil acreditar que a Europa, ao seu máximo nível dos organismos mandatados a defender e representar os interesses comuns, tenha dado prova de decidir e atuar em função de uma consciência sobre si própria. Atuou-se, nas suas sedes institucionalmente nevrálgicas, com lógicas alheias à consciencialização da sua (multi)identidade e àquela que devia ser a sua ambição cultural. Não basta, como fazem os governos atuais, invocar o seu nome para que ela exista como *mundo ou destino comum*. Não é por acaso que a União Europeia é percecionada maioritariamente como uma endogâmica oligarquia de poderosos que se protegem uns aos outros, onde as proclamações do “comum” e da “união”, sendo concretamente desviados, julgam-se uma retórica (ou um pretexto) a mais para disfarçar o interesse de poucos, tendo assim o efeito de asfixiar a operacionalização de uma consciência social e cultural aglutinante.

Hoje, de facto, parece incompreensível abordar o tema da Europa sem querer entrar no âmbito das reflexões económicas que já há muito

tempo a cercam e cristalizam. Contudo, na realidade, já não é mais sobre economia que se debate no âmbito europeu, mas fundamentalmente sobre finança despolitizante e de *capitalismo ficcional*, isto é, duma economia sem rumo político mas apenas especulativo. Um discurso, portanto, que confirma a ignorância (consciência imaculada) para a componente social que desde sempre reside no berço e no objetivo da ciência económica, caracterizando-a como disciplina visada a criar condições materiais para o bem-estar da sociedade na sua complexidade. A qualidade de vida dos europeus, a valorização e organização das relações entre os seus diferentes campos de atuação, a criação dum específico modelo civilizacional são, de facto, objetivos encarados como fatores secundários e técnicos, como aspetos ligados a uma ordem de tipo administrativo, problemas aos quais é eventualmente necessário responder pontualmente e em última instância.

Recentemente Étienne Balibar voltou a afirmar que “a legitimidade da integração europeia não pode ser decretada ou inventada por meio de um discurso jurídico” (2014, p. 16). Negar a relação implícita entre economia e sociedade leva a fazer crer na ausência de responsabilidades políticas pelas desigualdades sociais, como também na naturalidade dos assimétricos poderes nacionais.

De forma similar a Ulrich Beck, para Balibar, em falta de um modelo de sociedade europeia antagónico ao globalmente dominante, sem uma política económica preocupada com a gestão harmonizadora dos novos direitos e dos níveis de vida desiguais, cada país europeu torna-se um “potencial predador dos países vizinhos”, desafiando o regresso das nações a procurar abrigo nas identidades perdidas.

Todavia, esta condição de reiterada negligência (*neg-ligère*) torna fulcral, por contraste, uma tomada de consciência sobre a necessidade de procurar, criar, ter e multiplicar processos de consciencialização cidadã, crítica e afetiva, local e continental. Neste sentido, um tal processo pode vir a emergir, por exemplo, através dum amplo e polémico debate sobre o agendamento das novas prioridades europeias.

Por isso, uma vez que no cume de muitas esferas institucionais europeias fazem falta exemplos e testemunhos dedicados à consciencialização deste contexto pós-nacional zelado como uma *comunidade de destino*, uma estratégia teórica alternativa é aquela de procurá-la e desafiná-la mesmo naqueles elos da sociedade que passam por ser designados como os herdeiros destas instituições comunitárias. Torna-se então estratégico analisar as práticas e os hábitos sociais juvenis, examinar as perspetivas peculiares através das quais as novas gerações enquadram as suas experiências e o cenário

que as envolve, considerando que tais perspectivas e experiências resultam de diferentes níveis de mediação e de contextos de atuação específicos.

Logo, importa diagnosticar a conjuntura e o clima no qual decorrem as relações entre os jovens europeus e os multifacetados elos com a Europa, entendida esta como entidade institucional, cultural e política, a qual, apesar de tudo, é presente e representada em todas as localidades do seu espaço jurídico através das suas heterogêneas ramificações (universidades, empresas, média, transportes, bancos, jogos, tribunais etc.). A Europa, de facto, não pode ser pensada simplesmente como um conjunto de sedes e escritórios localizados em Bruxelas ou Estrasburgo, mas sim como um complexo de relações públicas e privadas que atravessam e constituem (de forma mais ou menos perceptível) a estrutura das práticas de vida dos indivíduos residentes (sobretudo) no seu território.

Neste sentido, dentro de tal espaço, investir num projeto de vida, tomar o partido de uma causa particular ou geral, alinhar com as atitudes padrão, resignar-se ou revoltar-se com a condição presente significa, de qualquer forma, *reagir* (isto é, confirmar) a presença de um contexto europeu circunstante. Contudo, mesmo num estado de objetiva e partilhada vinculação, permanece uma condição de alheamento entre as causas promovidas pela Europa e os desígnios dos seus cidadãos localmente espalhados e fragmentados nos seus diversos países. Nesse sentido, um dos últimos trabalhos de Jürgen Habermas (2013a) representa um manifesto vigoroso sobre a necessidade de romper definitivamente a espiral tecnocrática gerida para uma elite alérgica à democracia, para transformar urgentemente o projeto europeu numa forma de cidadania substancial e transversalmente solidária.

Interessa entender, falando de novas gerações, se, e eventualmente em que sentido, existem solicitações e processos alternativos de emergência de uma consciência transfronteiriça e trans-histórica que, *de baixo para cima*, possam permitir entrever laços de pertença comuns, ainda que longínquos e transversais. Ao procurar analisar esta cadeia de relações não pode descurar-se a problematização da condição geracional, isto é, das relações entre camadas etárias diferentes, considerando que uma geração é tal na medida que possa relacionar-se *com* (e diferenciar-se *das*) outras gerações. Importa investigar a presença dos fatores que mais despertam, ou limitam, a emergência de tal consciência, questionar se existem formas de transmissão cultural, experiências de um legado histórico e de uma herança geracional a serem entregues aos mais jovens, proporcionando-lhes uma apropriação simbólica dos desafios da temporalidade que advém.

OS DESAFIOS DA CONDIÇÃO JUVENIL

Nos últimos 30 anos, as análises sobre a juventude sofreram confluências significativas no que diz respeito ao enfoque da sua condição: para além de alguns estudos sobre movimentos culturais específicos, houve como que um refrão na análise da condição juvenil. Pela literatura crítica dominante, de facto, *apesar de serem jovens*, estes não são mais capazes de ser rebeldes e utópicos; *apesar de serem jovens*, não ambicionam a independência e falta-lhes audácia. Na maioria das leituras sociológicas e filosóficas chamou-se a atenção sobre o desengajamento juvenil das questões sociais, acerca da despolitização progressiva das suas atividades e da canalização das suas energias em direção ao hedonismo e ao consumo irreflexivo.

Mas será mesmo assim desoladora a condição juvenil contemporânea? Será que as novas gerações são tão indiferentes ao que os cerca e ao futuro que vão herdar? Se pensarmos mais uma vez em Hannah Arendt (1968), sabemos que cada indivíduo pode desenvolver e concretizar as suas capacidades na medida em que valoriza o património comum recebido pela sua comunidade, ao qual pode dar continuidade se puder contribuir de forma inovadora. Nesta perspetiva, *herança* e *heresia* coexistem, não pode haver comunidade política sem esta dupla articulação entre um legado histórico e a sua vital transformação.

Mas para conseguir responder a este desafio são necessários exemplos, testemunhos. Ainda assim, sabemos também que a relação com o futuro é bastante emblemática, uma vez que, em reação a um advir perçecionado com receio, a era contemporânea ocidental destaca-se por se fechar num presente perpétuo (Grusin, 2010). Como foi diagnosticado no fim do século passado, os desafios históricos e sistémicos da contemporaneidade devem ser sofridos-geridos individualmente: “a subjetivação e individualização dos riscos e contradições produzidos pelas instituições e pela sociedade” (Beck, 1992, p. 137). Logo, refletir sobre a condição juvenil de um país ou dum continente deve significar refletir sobre os outros nós da rede que, interagindo com ela, a condicionam.

Neste sentido, os diagnósticos que qualificam os jovens como Neet (Not in Employment, Education or Training) devem poder relacionar-se com outros diagnósticos sobre atividades similares em contextos mais abrangentes, de modo a dar uma ideia mais profunda dos resultados atingidos. Por exemplo, se pensarmos no recente Eurobarometer 399 realizado pela Diretoria-Geral para a Educação e Cultura (em conjunto com a Diretoria-Geral para a Comunicação da Comissão Europeia), sobre o “Acesso à Cultura e Participação” na Europa, deparamo-nos com dados gerais pouco

gratificantes¹. Entre 2007 e 2013, de facto, registou-se uma redução do desempenho geral em atividades culturais por parte dos cidadãos europeus, que passou de 21% para 18%. Existirá um jogo de espelhos, então, entre os jovens considerados apáticos e um mais amplo desinteresse pela cultura que os envolve?

Porém, nos relatos sobre a condição juvenil não costumam falar apenas as comparações com a paralela transformação da condição adulta (mudada em “adultesciência”), ou com as instituições que (pressupostamente) representam o seu legado histórico, mas também carecem de uma premissa basilar fundamentada na desigual distribuição das relações de poder entre diferentes sujeitos sociais. Uma maneira para resumir tal condição assimétrica nas relações sociais pode ser representada pela questão kantiana (e a seguir foucaultiana): *como sair da menoridade*?²

Embora a crítica à condição de menoridade não fosse direcionada para uma faixa etária específica, mas transversal aos demais indivíduos, pode-se igualmente destacar e resgatar o convite a criar as condições de possibilidade para que a crítica e a emancipação do *assujeitamento* existencial e intelectual se possa manifestar e valorizar de forma persistente. Tais condições de possibilidade remetem, por exemplo, a todas aquelas relações constitutivas da formação ética e cultural dos indivíduos, como é o caso do contexto escolar e universitário.

Investigando de perto a relação entre consumo, média e novas gerações, como também no caso dos trabalhos etnográficos realizados por Danah Boyd ou Momo Ito, e analisando a maneira como estas simbolizam e lidam afetiva e cognitivamente com os produtos considerados mais apetecíveis (quer no âmbito do domínio tecnológico, quer do vestuário, do musical ou do desportivo), constata-se uma maturidade inesperada em decodificar a cultura que lhes subjaz. As retóricas jornalísticas, e também o elitismo intelectual, propendem a repetir e divulgar, pelo contrário, estereótipos pelos quais a sensibilidade juvenil seria refém da sociedade do espetáculo e fortemente colada aos valores superficiais que os bens de consumo publicitados pelos média veiculam.

¹ Special Eurobarometer 399, Cultural access and participation. Retirado de http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_399_en.pdf

² A questão originária de Immanuel Kant sobre o sentido do “esclarecimento”, *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* (1784), e retomada a seguir por Michel Foucault em “Qu'est-ce que les lumières?” (2001), assenta numa perspectiva alheia à condição moral, mas num saber estritamente ligado à capacidade de exercer em autonomia uma crítica do presente e uma construção do seu próprio projeto de vida, para assim passar, nas palavras de Foucault, duma condição preguiçosa e medrosa de “adultes mineurs” a uma responsável e indócil “majorité”.

A ideia é sempre – falando sobre quem não é admitido ao diálogo – a de pensar a “excitação” pela compra, ou o desejo por um objeto, como única (e banal) forma de identificação e representação de si efetivada pelos jovens. Na verdade, dado também o escasso poder de compra das novas gerações, quem é mais sujeito ao ritmo acelerado das modas e das tendências comerciais são essencialmente os *jovens adultos*, senão os pais desta juventude designada como acrítica, passiva e conformista.

Neste sentido, é importante sublinhar como a experiência do consumo juvenil não deixa de ser uma experiência, isto é, algo que permite criar sentido e negociar significados, num contexto social e culturalmente estruturado em torno de valores, interesses e ignorâncias, que também a mercadoria transmite. Surpreende relativamente, portanto, como, debatendo com os estudantes durante os grupos de foco³, ou nos contextos de didática, sobre o papel desempenhado, na nossa cultura, pelo imaginário mediático, sobre a primazia associada à visibilidade nas redes sociais e à estetização dos eventos sociais (no âmbito político ou empresarial, artístico ou científico), venham facilmente identificadas e desconstruídas as camadas de sentido e as ideologias latentes no *sex appeal* da cultura do consumo. Nestes contextos de discussão, a atitude analítica e crítica dos jovens revela-se mais presente e ativa do que inicialmente se poderia pensar (Reis, Oliveira & Baldi, 2012).

Deste modo, uma das primeiras reflexões a emergir durante as discussões promovidas, sempre em sede de didática ou de investigação, acerca do engajamento juvenil com a sociedade presente é a experiência de frustração trazida pelos desafios do consumo: *consumir para ficarmos insatisfeitos*. Este círculo vicioso guiado pela produção económica e cultural chegou à patenteação involuntária do seu próprio mecanismo interno: o bem-estar promovido pela mercadoria fundamentada na obsolescência programada começa a perder a sua força ilusória, revela ser sempre mais um falso sucedâneo das garantias morais e psicológicas necessárias à significativa construção de uma identidade (individual como coletiva), projetada num tempo de vida de médio-longo prazo.

Todavia, na ausência de fortes alternativas culturais, lidar e confrontar-se com a linguagem da mercadoria fica a opção mais fácil, sendo esta a

³ Trata-se de três sessões de grupos de foco realizadas com jovens entre os 18 e os 25 anos, todos eles estudantes universitários nacionais ou Erasmus na Universidade de Aveiro. Por cada sessão (todas amplamente registadas) foram abordadas e debatidas temáticas inerentes o estatuto da condição juvenil, a especificidade da identidade cultural portuguesa, a perceção e as expectativas ligadas à União Europeia, o uso e consumo dos bens culturais e comunicacionais.

gramática da vida dominante, mais compreensível e, portanto, mais praticável. Dentro deste panorama existe um tedioso entretenimento, uma identificação transitória com os elementos lúdicos do seu cenário, uma atitude de desejo-despejo em relação a estes, mas ao mesmo tempo persiste uma negociação de sentidos e um saudável questionamento dialético que só espera contextos e oportunidades de reflexão para se manifestar e articular entre pares.

Nesse contexto, não é irrelevante ressaltar como no tempo presente, definido como o da *era do acesso*, onde temos uma geração que desde o início cresceu com e através da internet, se regista muitas vezes uma falta de contexto comunicacional de proximidade capaz de despertar o interesse dos mais jovens em expressarem o seu sentir sobre os horizontes salientes da contemporaneidade e, sobretudo, de desafiar questões críticas relativas à sua própria condição juvenil. Paradoxalmente, como assinalado por muitos autores, muitos dos serviços digitais de troca e partilha de informações e opiniões disponibilizados pelas diferentes plataformas *online* resultam ser coros de pareceres, ideias e juízos unânimes. A tendência é a de reproduzir e alinhar de forma homogénea com a opinião e conversa dominante em cada blogue, rede social ou fórum, deixando de fora quem a pretende questionar criticamente. A estudiosa Jodi Dean (2010), por exemplo, no seu *Blog Theory: Feedback and Capture in the Circuits of Drive*, afirma que os média sociais prendem os utilizadores em grupos fechados nos seus próprios circuitos comunicacionais, onde as informações produzidas (*news* personalizadas, atualizações dos perfis, *self branding*, mensagens promocionais, etc.) tornam-se fins em si, obstaculizando a construção de projetos e, por consequência, qualquer tipo de intervenção no real.

Ao mesmo tempo, dentro da propagação da homofilia e das bolhas de conteúdos automatizados à medida dos utentes pelos algoritmos dos *social networks* (Pariser, 2011), existem indicadores de *cosmopolitismos pop* (Iwabuchi, 2002) e *fansubbing* (Ito, 2012) no consumo cultural emergente. Apesar de serem exemplos provenientes, na esmagadora maioria, do mundo oriental e norte-americano, a diáspora e a ubiquidade dos conteúdos e das identidades culturais permite entrever participações antagónicas na produção, distribuição e transmissão de textos hipermedia culturalmente conotados. A procura de conteúdos com raízes culturais diferentes dos habitualmente descaracterizados pela produção do mercado *mainstream*, acompanhado com o desejo de trocar competências linguísticas e culturais, é um fator despoletado pela emergência de culturas híbridas e pela aproximação *online* e *offline* engendrada pelas migrações transnacionais.

CONCLUSÕES

Os jovens europeus participam deste duplo e ambivalente processo de diáspora e realocização, e, numa forma ou outra, se as instituições político-culturais o viabilizarem nos demais contextos, um *cosmopolitismo europeu pop* instalar-se-á nos seus interesses e nas suas práticas quotidianas. Quanta mais proximidade com a alteridade se proporcionar (numa condição socioeconómica favorável), mais rica será a experiência da sua própria diferença cultural e cívica (Appadurai, 2004).

De facto, constatar o grau de participação nos contextos de investigação e didática, apurar a capacidade crítica e irónica, desencantada e curiosa destes jovens interlocutores em detetarem ambiguidades, observarem limites e almejarem alternativas aos aspetos do presente histórico com o qual são convidados a confrontarem-se, permite acreditar na utilidade dos diálogos especulativos entre gerações e na importância de valorizar os lugares de proximidade (dentro e fora das instituições) que lhes são propícios.

Se se desejar cimentar, nos jovens cidadãos do continente europeu, um sentimento comum de pertença cultural e cívica, é preciso resgatar uma *visão concreta* do legado histórico e cultural que partilhamos, desafiando, ao mesmo tempo, uma confiança sobre a mais-valia que representaria um futuro cocriado por diferentes europeus. Herdamos um futuro europeu, cabe ao presente e aos presentes não recuarem em posições hipócritas, regressivas e particularísticas. A perceção que temos do futuro retroage na maneira de vivenciar o nosso presente; tornar realisticamente promissor o projeto europeu implicaria, portanto, uma renovada consciência e confiança sobre os novos seres europeus que advêm.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

Appadurai, A. (2004). *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema

Arendt, H. (1968). *Between past and future*. Nova Iorque: Viking Press.

Baldi, V. & Oliveira, L. (2014). *Europeus em busca da Europa. Os desafios da consciência europeia nas novas gerações*. Porto: Afrontamentos.

Balibar, E. (2014). Un nouvel élan, mais pour quelle Europe? *Le Monde Diplomatique*, pp. 16-17.

Beck, U. (1992). *Risk society*. Londres: Sage

- Beck, U. (2013). *A Europa alemã. De Maquiavel a “Merkievel”. Estratégias de poder na crise do euro*. Lisboa: Edições 70.
- Dean, J. (2010). *Blog theory: feedback and capture in the circuits of drive*. Cambridge: Polity Press.
- Grusin, R. (2010). *Premediation: affect and mediality after 9/11*. Londres e Nova Iorque: Palgrave.
- Habermas, J. (2013a). *Im sog der technokratie. Kleine politische Schriften XII*. Berlin: Suhrkamp.
- Habermas, J. (2013b, 9 de agosto). Merkel's European failure: Germany dozes on a volcano. *Der Spiegel*. (tradução portuguesa: A bela adormecida, publicada na revista *Courrier International* de setembro, pp. 19-22).
- Ito, M. (2012). Contributors vs leechers: fansubbing ethics and a hybrid public culture. In M. Ito; O. Daisuke & T. Izumi (Eds.), *Fandom unbound: Otaku culture in a connected world* (pp. 179-204). Yale University Press: New Haven.
- Iwabuchi, K. (2002). *Recentering globalization: popular culture and Japanese transnationalism*. Durham: Duke University Press.
- Pariser, E. (2011). *The filter bubble*. Nova Iorque: Penguin Press.
- Reis, C.; Oliveira, L. & Baldi, V. (2012). O papel do consumo dos media pelos jovens portugueses na emergência de uma consciência europeia. *Animus, Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, 11(22), 31-64. doi: 10.5902/217549777533

Citação:

Baldi, V. (2017). Entre dissonâncias políticas e consumos culturais: os cenários da juventude europeia emergente. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade*. Livro de atas (pp. 54-65). Braga: CECS.